

SINPRECE APRESENTA REIVINDICAÇÕES DA SAÚDE AO TITULAR DA SESA



Diretores e membros da base do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social (Sinprece) expuseram nessa quinta-feira (17), na Secretaria da Saúde do Estado (Sesa), pontos reivindicatórios da categoria. O fechamento e a desocupação do Centro de Saúde do Meireles para uma reforma que nunca aconteceu foi o tópico inicial da reunião.

O sindicato discordou da forma traumática que trataram os servidores e a população, sobretudo, os cidadãos que utilizavam os serviços do Centro de Saúde. Acerca da discussão, o titular da pasta, Dr. Carlos Hilton, reconheceu que o Estado tem uma dívida com a sociedade pelo tempo que a unidade está fechada.

O gestor, no entanto, defendeu uma revitalização simples e eficiente e assegurou que apresentará uma proposta para a equipe de transição.

Hilton garantiu que todos os servidores federais cedidos ao Estado retornarão ao local de origem, já que todos foram distribuídos para outras unidades de saúde espalhadas pela cidade. O secretário acrescentou que acompanha a situação dos 759 servidores federais cedidos ao Estado.

Os diretores também relataram acerca das reformas indevidas e, sem prazo para término, no Hospital de Messejana, situações que dificultam os trabalhos das equipes de saúde e o acesso dos pacientes. O Sinprece destacou que estão fechando espaços que ofereciam conforto para os pacientes e funcionários por atendimento em contêineres, porém fazendo com que os pacientes se exponham ao sol e chuva na marcação de exames. Além disso, detalharam que áreas históricas como biblioteca, auditório, arquivo, dentre outros, foram desativados. Por conseguinte, lembraram de um container inserido atrás do necrotério, sem qualquer estrutura para higienização dos profissionais.

O secretário reconheceu que há uma descentralização no Estado, contudo, afirmou que tais atividades devem ser supervisionada e padronizada em todas unidades de saúde.

Em relação ao Hospital Geral de Fortaleza (HGF), a implantação da Funsauúde foi contraditória ao que se falava, pois servidores antigos foram transferidos de setor para dar espaço aos funcionários da fundação. A transição da administração foi desrespeitosa e causou descontentamento entre os servidores. Contudo, Hilton disse que buscará alternativas legais para que haja a devida adequação e que marcará outra reunião com o Sinprece, ainda no ano corrente.!

ENCAMINHAMENTOS PLENÁRIA FENASPS/ 9 DE NOVEMBRO

1. Encaminhar documento à equipe de transição do governo eleito, enfatizando os desmontes das políticas de Saúde, Previdência Social, Trabalho e Anvisa, e reivindicando o cumprimento dos acordos de greve, atendimento das pautas de reivindicação das categorias representadas pela FENASPS, reafirmando a defesa do Serviço Público. Este documento deve reafirmar as seguintes pautas;

a) É fundamental que a equipe de transição tome medidas urgentes para:

I. Revogação da Emenda Constitucional no 95/2016 (“teto de gastos”);

II. Revogação da Emenda Constitucional no 103/2019

(Contrarreforma da

Previdência Social);

III. Revogação da Lei no 13.467/2017 (contrarreforma trabalhista);

IV. Providenciar o arquivamento do PEC 32 caso esteja ainda na pauta do Congresso;

b) Cumprir a Constituição Federal de 1988 e realizar a Auditoria da Dívida Pública;

c) Ouvir o conjunto das entidades do Funcionalismo para Construir alternativas de

valorização do Serviço Público e fortalecimento das Carreiras para prestação de um

serviço de qualidade à população;

d) Cumprimento dos acordos de greve de 2022 no INSS, Trabalho e Saúde, em

especial ao que tange à recomposição salarial, incorporação das gratificações ao

Vencimento Básico (VB), Carreira de Estado e Nível Superior;

e) Reconhecimento de que os dias de greve 2022 foram integralmente repostos, dando

por cumprido o Plano de compensação do movimento paredista;

f) Revogação das Portarias do INSS no 1.345/2021 e 1.347/2021, que aprofundam as perspectivas de privatização do INSS e permitem a demissão de servidor público,

caso não alcance a meta da GDASS;

g) Solicitar o pagamento dos 50% do per capita dos planos de saúde (per capita patronal).

2. Elaborar dossiê sobre as condições de trabalho das categorias do INSS, Saúde, Trabalho, Previdência Social e ANVISA para apresentar à equipe de transição;

3. Elaborar moção de repúdio aos movimentos neofascistas e de desrespeito ao processo democrático legítimo;

4. Manter a mobilização de todos(as) servidores(as) para exigir cumprimento dos acordos de greve no INSS/MTP, Saúde e Trabalho, bem como atendimento do conjunto das pautas de reivindicações entregues ao governo;

5. Fortalecer as organizações dos fóruns estaduais dos Servidores Públicos Federais, Estaduais e Municipais;

6. Cobrar do governo adoção de políticas de Saúde do Trabalhador que busquem a prevenção e tratamento da saúde física e mental dos trabalhadores, agravadas pela pressão por metas e desempenho, principalmente para quem está trabalhando remotamente;

FONASEFE ENCAMINHA DEMANDAS PARA A COMISSÃO DE TRANSIÇÃO

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) realizou reunião para encaminhar demandas para a comissão de transição. O documento destaca os ataques do governo contra os servidores federais por meio da Emenda Constitucional 95, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, reajuste linear e a questão previdenciária.

Os participantes também definiram uma agenda de lutas com audiências públicas, mobilização das categorias e reuniões diversas.

SERVIDORES DO MTP ENCAMINHAM PAUTAS À COMISSÃO DE TRANSIÇÃO E LUTAM PELO PLANO DE CARREIRA

A Comissão Nacional de Negociação dos Servidores Administrativos do MTP reuniu-se nessa quarta-feira (16), a fim de avaliar e elaborar atividades nesta transição de governo. Os integrantes entregarão a pauta de reivindicações da categoria ao deputado Federal Leonardo Monteiro no dia 23/11, às 15h30, em Brasília.

A comissão comunica que haverá uma reunião no dia 21 de novembro com o novo diretor da DGP – DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MTP para tratar sobre acordo de greve e Plano de gestão. O coletivo vai agendar uma audiência com o Ministro do Trabalho requerendo o encaminhado da proposta de carreira do Ministério da Economia para a Casa Civil.

Os participantes propuseram a inclusão no texto da portaria do GPCOT, que os nomes para compor o grupo de trabalho devem ser referendados em Assembleia Nacional dos servidores Administrativos do MTP. **Matéria completa no site www.sinprece.org.br**